

# O Governo do Homem Endividado

## **O Governo do Homem Endividado**

Maurizio Lazzarato

Maurizio Lazzarato © 2014

n-1 edições © 2017

ISBN 978-85-66943-45-0

Embora adote a maioria dos usos editoriais do âmbito brasileiro, a n-1 edições não segue necessariamente as convenções das instituições normativas, pois considera a edição um trabalho de criação que deve interagir com a pluralidade de linguagens e a especificidade de cada obra publicada.

COORDENAÇÃO EDITORIAL Peter Pál Pelbart

e Ricardo Muniz Fernandes

TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS Daniel P. P. da Costa

PREPARAÇÃO Ronald Polito

REVISÃO DE PROVA Fernanda Perniciotti

PROJETO GRÁFICO Érico Peretta

A reprodução parcial deste livro sem fins lucrativos, para uso privado ou coletivo, em qualquer meio impresso ou eletrônico, está autorizada, desde que citada a fonte. Se for necessária a reprodução na íntegra, solicita-se entrar em contato com os editores.

Impresso em São Paulo | Outubro, 2017

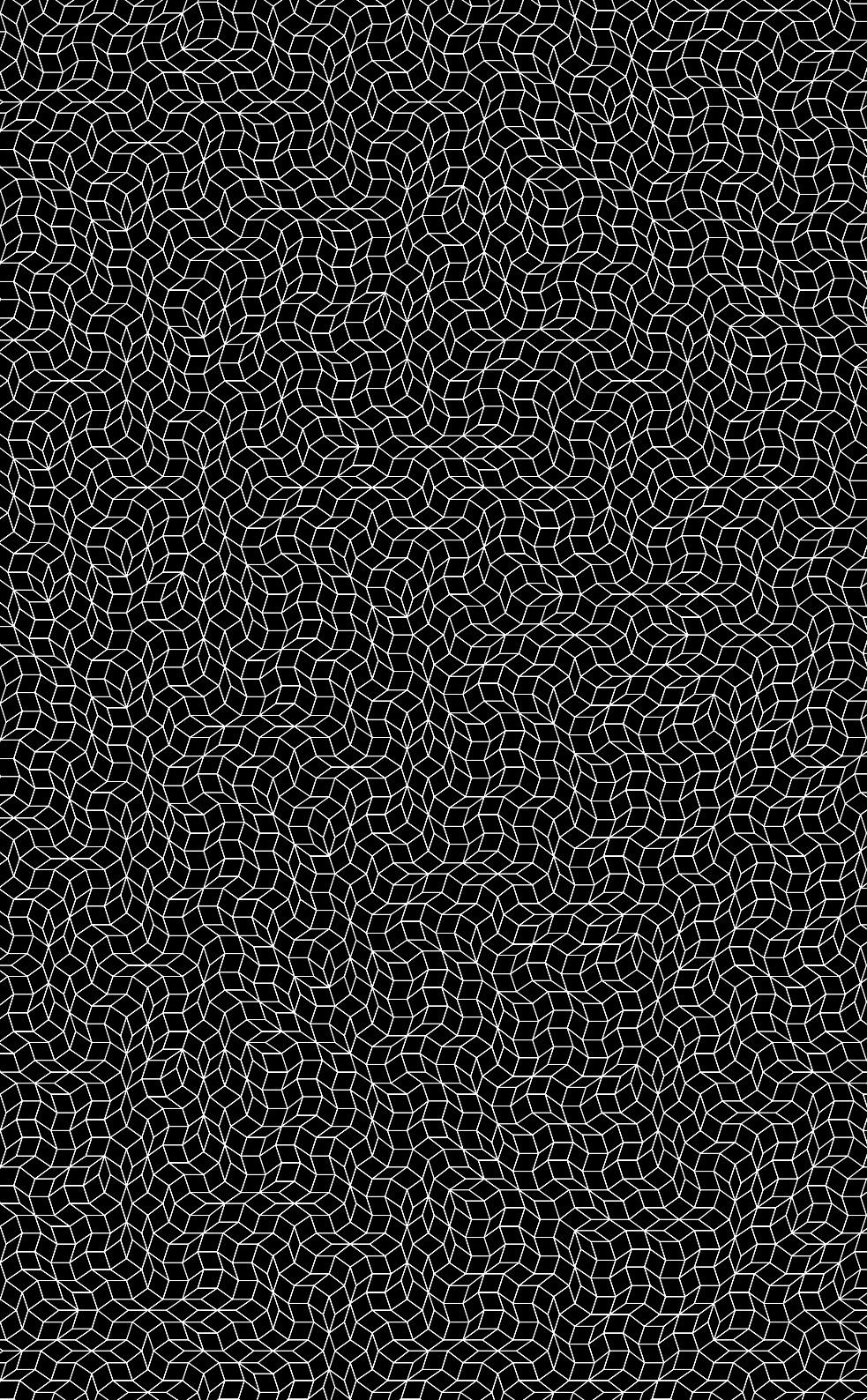
*n-1edicoes.org*

# O Governo do Homem Endividado

Maurizio Lazzarato

M-1  
edições

tradução DANIEL P. P. DA COSTA



09 **Léxico introdutório**

**CAPÍTULO 1**

- 27 **Renda, lucro e imposto —  
três aparelhos de captura**

**CAPÍTULO 2**

- 59 **A universidade americana —  
modelo da sociedade da dívida**

**CAPÍTULO 3**

- 89 **Crítica da governamentalidade I:  
a governamentalidade liberal  
alguma vez existiu?**

**CAPÍTULO 4**

- 125 **Crítica da governamentalidade II:  
o capital e o capitalismo dos fluxos**

**CAPÍTULO 5**

- 167 **Crítica da governamentalidade III:  
quem governa quem, o que e como?**

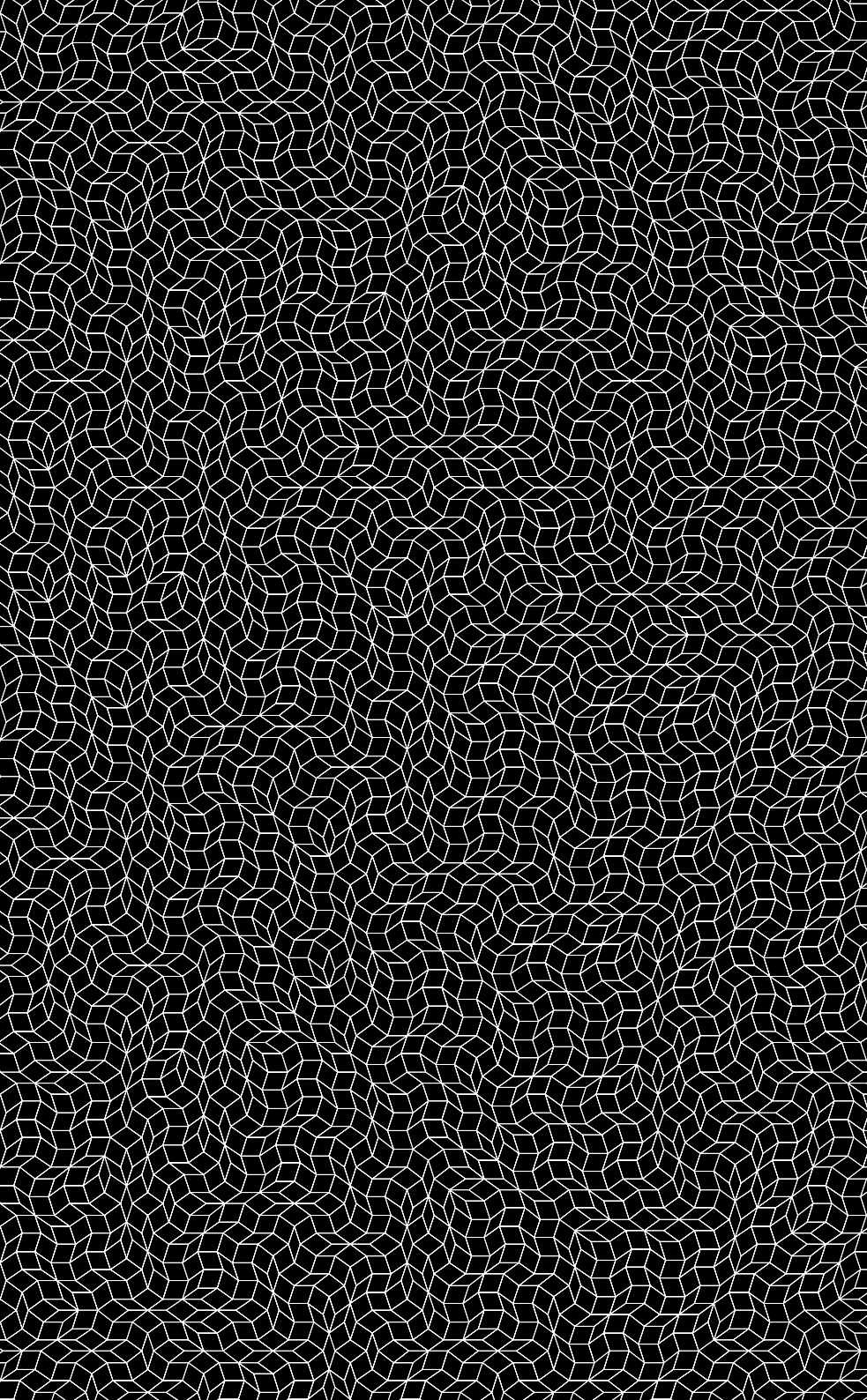
**CAPÍTULO 6**

- 201 **Relendo Lênin: o capital financeiro  
ontem e hoje**

- 231 **Conclusões para um começo:  
partir da recusa do trabalho**



# Léxico introdutório





**AUSTERIDADE:** “A fortuna dos 500 mais ricos da França cresceu 25% em um ano. Sua riqueza quadruplicou em uma década e representa 16% do produto interno bruto do país. Ela também equivale a 10% do patrimônio financeiro dos franceses, quer dizer, um décimo da riqueza está nas mãos de um centésimo milionésimo da população” (*Le Monde*, 11/7/2013).

Enquanto as mídias, os especialistas e os políticos reiteram encantamentos exaltando o equilíbrio orçamentário, realiza-se uma segunda expropriação da riqueza social, depois daquela praticada a partir dos anos 1980 pela finança. A especificidade da crise da dívida reside no fato de que suas causas são elevadas ao estatuto de remédio. Esse círculo vicioso não é o sintoma da incompetência das nossas elites oligárquicas, mas do seu cinismo de classe. Elas perseguem um objetivo político preciso: destruir as resistências residuais (salários, rendimentos, serviços) à lógica neoliberal.

**DÍVIDA PÚBLICA:** com a austeridade, as dívidas públicas atingiram um nível recorde em todos os países que as praticam, o que significa que as rendas dos credores também atingiram níveis recordes.

**IMPOSTOS:** a arma principal do governo do homem endividado é o imposto. Ele não é um instrumento de redistribuição que viria depois da produção. Como a moeda, o imposto não tem uma origem mercantil, mas diretamente política.

Quando, assim como nas crises da dívida, a moeda não circula mais como instrumento de pagamento, nem como capital, e quando o mercado não garante mais suas funções de avaliação, de medida e de alocação de recursos, então o imposto intervém como arma de governamentalidade política. Ele garante a continuidade e a reprodução do lucro

e da renda bloqueadas pela crise e ele exerce um controle econômico e disciplinar sobre a população. O imposto é a medida da eficácia das políticas de austeridade sobre o homem endividado.

**CRESCIMENTO:** os Estados Unidos estão hoje em ponto morto, como se fala a respeito de um carro. O motor gira, mas não avança. Ele gira apenas porque o banco central compra todo mês 85 bilhões em títulos do Tesouro e em obrigações imobiliárias e garante, desde 2008, um custo zero do dinheiro.

Os Estados Unidos não estão em recessão apenas porque eles estão submetidos a uma perfusão monetária. Eles são incapazes de tirar o resto do mundo da crise que eles mesmos provocaram.

A enorme quantidade de dinheiro injetada por mês pelo Fed apenas aumenta ligeiramente o volume de emprego que, aliás, em sua maior parte é constituído por serviços de baixíssimo salário e por empregos *part time*. Eles reproduzem as causas da crise e isso não apenas porque eles aprofundam as diferenças de rendimentos na população, mas, também porque eles continuam a financiar e a reforçar a finança.

Se a política monetária fracassa em relançar a economia e o emprego, arriscando-se a alimentar outra bolha financeira, ela favorece o *boom* econômico de um único e mesmo setor — a finança. A enorme quantidade de dinheiro disponível para financiar a economia passa em primeiro lugar pelos bancos que, nesse processo, enriquecem. Apesar do crescimento anêmico dos outros setores da economia, os mercados atingiram um nível recorde.

Todo mundo espera o crescimento, mas é algo completamente distinto o que se perfila no horizonte. O primado da renda, as desigualdades abissais entre os salários e seus administradores, as diferenças monstruosas de patrimônio

entre os mais ricos e os mais pobres (na França, da ordem de 900 para 1), as classes sociais congeladas na sua reprodução e o bloqueio de uma mobilidade social já frágil (em particular nos Estados Unidos, onde o sonho americano não passa de um sonho) fazem pensar em uma variante do Antigo Regime, mais do que no capitalismo.

**CRISE:** quando nós falamos, aqui, de crise, nós entendemos com isso a crise iniciada em 2007 a partir do colapso do mercado imobiliário americano. Na realidade, trata-se de uma definição restritiva e limitada, pois a crise foi iniciada em 1973. A crise é permanente, mudando apenas de intensidade e de nome. A governamentalidade liberal se exerce passando da crise econômica para a crise climática, para a crise demográfica, para a crise energética, para a crise alimentar etc. Mudando de nome, troca-se apenas de medo. A crise e o medo constituem o horizonte insuperável da governamentalidade capitalista neoliberal. Nós não sairemos da crise (na melhor das hipóteses, nós mudaremos de intensidade) simplesmente porque ela é a modalidade de governo do capitalismo contemporâneo.

**CAPITALISMO DE ESTADO:** “o capitalismo jamais foi liberal, mas sempre foi capitalismo de Estado”. A crise das dívidas soberanas, sem nenhuma dúvida, mostra a pertinência dessa afirmação de Deleuze e Guattari. O liberalismo é apenas uma das subjetivações possíveis do capitalismo de Estado. Soberania e governamentalidade funcionam sempre juntas e em concerto. Na crise, os neoliberais não procuram governar o menos possível, mas, pelo contrário, governar tudo, até os mínimos detalhes. Eles não produzem “liberdade”, mas sua limitação contínua. Eles não articulam liberdade de mercado e Estado de Direito, mas a suspensão da já frágil democracia.

A gestão liberal da crise não hesita em integrar um “Estado máximo” entre os dispositivos de uma governamentalidade, que exprime sua soberania unicamente sobre a população.

**GOVERNAMENTALIDADE:** a crise torna evidentes os limites de um dos mais importantes conceitos de Foucault — a governamentalidade — e nos leva a completá-lo. Segundo Foucault, governar não significa “submeter, comandar, dirigir, ordenar e normalizar”. Nem força física, nem proibições, nem tampouco “normas de comportamentos”, a governamentalidade incita, por meio de uma “série de regulamentações leves e adaptativas”, a gerir um meio que conduz o indivíduo a reagir de uma maneira mais do que de outra. A crise nos mostra que as técnicas de governamentalidade impõem, proíbem, normatizam, dirigem, comandam, ordenam e normalizam.

A “privatização” da governamentalidade nos obriga a levar em consideração os dispositivos “biopolíticos” que não pertencem ao Estado. Desde os anos 20, foram desenvolvidas técnicas de governança a partir do consumo. Elas se exercem pelo *marketing*, pelas pesquisas de opinião, pela televisão, pela internet, pelas redes sociais etc., que informam a vida em todas as suas dimensões. Esses dispositivos biopolíticos são simultaneamente dispositivos de valorização e produção da subjetividade e de controle policial.

**LUTA DE CLASSE:** o capitalismo neoliberal instaurou e governa uma luta de classe assimétrica. Há apenas uma classe, recomposta em torno da finança, do poder da moeda de crédito e do dinheiro como capital. A classe trabalhadora não é mais uma classe. O número de trabalhadores aumentou consideravelmente desde os anos 1970 por todo o mundo, mas eles não constituem mais uma classe

política nem jamais voltarão a constituir. Os trabalhadores possuem de fato uma existência sociológica e econômica e eles formam o capital variável dessa nova acumulação capitalista. Mas a centralidade da relação credor/devedor os marginalizou politicamente de maneira definitiva. A partir da finança e do crédito, o capital está continuamente na ofensiva. A partir da relação capital/trabalho, o que resta do movimento trabalhador está continuamente na defensiva e é regularmente vencido.

Sem passar pela usina, a nova composição de classe que emergiu ao longo desses anos é composta por uma multiplicidade de situações de emprego, de não emprego, de emprego intermitente e de pobreza mais ou menos intensa. Ela é dispersa, fragmentada e precarizada, e está longe de adquirir os meios para ser uma “classe” política, ainda que ela constitua a maior parte da população.

Como os bárbaros no fim do Império Romano, ela opera incursões tão intensas quanto rápidas, para se recolher imediatamente depois aos seus “territórios” desconhecidos, em particular aos partidos e aos sindicatos. Ela não se instala. Ela dá a impressão de testar sua própria força (ainda demasiadamente frágil), bem como a força do Império (ainda demasiadamente forte), para então se retirar.

**A FINANÇA:** pletóricos e inúteis debates ocupam jornalistas, especialistas, economistas e políticos: a finança é parasitária, especulativa ou produtiva? Controversas ociosas, já que a finança (e as políticas monetária e fiscal que a acompanham) é a *política* do capital. A relação credor/devedor introduz uma forte descontinuidade na história do capitalismo. Pela primeira vez desde que o capitalismo existe, não é a relação capital/trabalho que está no centro da vida econômica, social e política. Em 30 anos de financeirização, o salário se transformou de variável independente do

sistema em variável de ajustamento (sempre para baixo no que concerne ao salário e sempre para cima no que concerne à flexibilidade e ao tempo de trabalho).

**TRANSVERSALIDADE:** o que é preciso sublinhar nem é tanto o poder econômico da finança ou suas inovações técnicas, mas muito mais o fato de que ela funciona como um dispositivo de governança transversal — transversal à sociedade e transversal ao planeta. A finança também opera transversalmente à produção, ao sistema político, ao bem-estar e ao consumo.

A crise das dívidas soberanas confirma, aprofunda e radicaliza com pendor autoritário as técnicas de governo transversais, pois “nós todos estamos endividados”.

**CAPITAL HUMANO (ou o empreendedor de si):** a crise não é apenas econômica, social e política, mas também é, e acima de tudo, uma crise do modelo subjetivo neoliberal, encarnado pelo “capital humano”. O projeto de substituir o *assalariado fordista* pelo *empreendedor de si*, transformando o indivíduo em empresa individual, que gera suas capacidades como recursos econômicos a serem capitalizados, sucumbiu na crise dos *subprimes*.

Desse ponto de vista, as situações dos países ricos e a dos países emergentes, em vez de divergir (estagnação e declínio dos primeiros e crescimento e progresso dos segundos), convergem na produção do mesmo modelo de subjetividade — o “capital humano”, que implica um máximo de “privatização econômica” e um “máximo de individualização subjetiva”. As políticas sociais, pelo contrário, instalam por toda parte um “mínimo” (um salário mínimo, um rendimento mínimo e serviços mínimos), a fim de obrigar o empreendedor de si a se lançar na concorrência de todos contra todos. Esse objetivo pode ser atingido

de outro modo. Na Alemanha, onde o salário mínimo não existe, contam-se 8 milhões de trabalhadores pobres.

A globalização capitalista gaba-se de ter tirado milhões de pobres da grande miséria no “sul” do mundo. Na realidade, essas políticas não são incompatíveis com o neoliberalismo, pelo contrário. Elas constituem — até mesmo quando elas são conduzidas em larga escala, como no Brasil — uma experimentação para fornecer uma parte da força de trabalho adequada ao capitalismo dos países emergentes.

No Brasil, entre a multiplicidade de causas da mobilização da primavera de 2013, também é preciso reter essa. Tanto a minoria saída da grande pobreza como a nova composição da classe metropolitana em vias de empobrecimento encontraram-se confrontadas não apenas com uma macroeconomia organizada segundo os mais clássicos princípios neoliberais, mas também com um Estado social de mão dupla: por um lado, serviços de uma qualidade medíocre (“serviços mínimos”) e, por outro, boas escolas, um sistema de saúde que funciona e serviços de qualidade, mas pagos. Para aceder a eles, é preciso mobilizar-se, lançando-se na confusão do darwinismo social com molho “socialista”. Foi às avessas, com realismo, que se produziu a mobilização pela “justiça social” e contra a versão do capital humano dos países emergentes. Na Europa, o processo é invertido (trata-se de dismantelar os serviços sociais “gratuitos”), mas ele atingiu os mesmos resultados. A construção de um Estado social de mão dupla foi acelerada com a crise da dívida.

**REFORMISMO:** no capitalismo neoliberal, qualquer New Deal é impossível para sair da crise financeira. O único reformismo que o capital jamais praticou levava às verdadeiras transformações de 1929, que foram o exato contrário das “reformas” neoliberais. Ele neutralizara a finança (o que